

REVISTA DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
BRASIL

# SOCIOLOGIA E SOCIEDADE

ESTADOS DE HONRARIAS A  
JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA



# Sociologia e Sociedade

Estudos de Homenagem a João Ferreira de Almeida



Fernando Luís Machado, Ana Nunes de Almeida e António Firmino da Costa  
(organizadores)

# SOCIOLOGIA E SOCIEDADE

ESTUDOS DE HOMENAGEM A JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA



LISBOA, 2016

© Fernando Luís Machado, Ana Nunes de Almeida e António Firmino da Costa (organizadores), 2016

Fernando Luís Machado, Ana Nunes de Almeida e António Firmino da Costa (organizadores)  
**Sociologia e Sociedade. Estudos de Homenagem a João Ferreira de Almeida**

Primeira edição: junho de 2016  
Tiragem: 400 exemplares

ISBN: 978-989-8536-54-9  
Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10  
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso  
Capa: Lina Cardoso  
Revisão de texto: Manuel Coelho  
Impressão e acabamentos: Realbase

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

**Editora Mundos Sociais**, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa  
Tel.: (+351) 217 903 238  
Fax: (+351) 217 940 074  
E-mail: [editora.cies@iscte.pt](mailto:editora.cies@iscte.pt)  
Site: <http://mundossociais.com>

# Índice

Índice de figuras e quadros.....	ix
Apresentação .....	xiii
<b>Abertura</b>	
<b>1 O sociólogo e os seus campos. Um protagonista a múltiplas dimensões.....</b>	<b>3</b>
<i>Fernando Luís Machado, Ana Nunes de Almeida e António Firmino da Costa</i>	
<b>2 Testemunhos de proximidade. Duas vozes .....</b>	<b>29</b>
<i>Maria de Lourdes Lima dos Santos e Eduarda Cruzeiro</i>	
<b>Parte I   Teoria e Epistemologia</b>	
<b>3 Reflexão epistemológica na produção da sociologia .....</b>	<b>45</b>
<i>António Teixeira Fernandes</i>	
<b>4 Crenças económicas convencionais. A perspetiva de John Kenneth Galbraith .....</b>	<b>67</b>
<i>José Madureira Pinto</i>	
<b>Parte II   Classes e Desigualdades</b>	
<b>5 Classes sociais e ação coletiva em tempo de crise .....</b>	<b>101</b>
<i>Manuel Carlos Silva</i>	
<b>6 As lutas da classe média .....</b>	<b>133</b>
<i>Elísio Estanque</i>	
<b>7 Desigualdades, perceções da crise e ação coletiva na área metropolitana de Lisboa .....</b>	<b>159</b>
<i>Renato Miguel do Carmo, Nuno Nunes e Daniela Ferreira</i>	

- 8 **Modos de vida da pobreza revisitados** ..... 175  
*Luís Capucha*
- 9 **Classes sociais e estudantes universitários** ..... 193  
*Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins e Maria Manuel Vieira*

### Parte III | Coletividades Locais e Territórios

- 10 **Para lá das evidências. Uma reflexão sociológica sobre como observar as realidades territoriais** ..... 213  
*Luís Vicente Baptista*
- 11 **Ruralidades e território no capitalismo contemporâneo. Uma visão de longa duração sobre Portugal** ..... 229  
*João Ferrão*
- 12 **Agricultura, floresta, incultos. Um século de utilização da terra** ..... 247  
*Fernando Oliveira Baptista e Maria Carlos Radich*
- 13 **Dinâmicas sociais nos Açores** ..... 267  
*Gilberta Pavão Nunes Rocha, Rolando Lalanda-Gonçalves, Licínio Tomás, Fernando Diogo e Álvaro Borralho*
- 14 **Sobre os processos de divisão social e simbólica num contexto da zona oriental da cidade do Porto no início dos anos 2000. Uma proposta de interpretação sociológica** ..... 287  
*Virgílio Borges Pereira*

### Parte IV | Valores e Representações

- 15 **Desigualdade e ação. Disposições, reflexividade, orientações sociais** ..... 313  
*José Luís Casanova*
- 16 **Confiança nas instituições políticas em países europeus. O papel dos valores, da experiência democrática e da perceção de eficácia do sistema político numa perspetiva multinível** ..... 345  
*Alice Ramos, Rui Brites e Jorge Vala*
- 17 **“O meu coração está em São Tomé e Príncipe”. Memória e imaginação da nação entre os imigrantes de São Tomé e Príncipe em Lisboa**..... 369  
*José Manuel Sobral*

**Parte V | Ambiente e Sustentabilidade**

<b>18</b>	<b>O <i>social survey</i> e a sociologia do ambiente .....</b>	<b>389</b>
	<i>Aida Valadas de Lima e Joaquim Gil Nave</i>	
<b>19</b>	<b>Desenvolvimento sustentável. Tempo e circunstâncias de uma narrativa para o futuro .....</b>	<b>421</b>
	<i>Luísa Schmidt e João Guerra</i>	
<b>20</b>	<b>As ciências sociais e a mudança ambiental global em África .....</b>	<b>447</b>
	<i>Nelson Lourenço e Carlos Russo Machado</i>	
	<b>Bibliografia de João Ferreira de Almeida .....</b>	<b>463</b>



## Índice de figuras e quadros

### Figuras

7.1	Pagamento de despesa extra sem recorrer a empréstimo, por lugar de classe (%).....	166
7.2	Perceção da posição social, segundo o lugar de classe.....	167
7.3	Adesão a práticas de ação coletiva na AML .....	169
7.4	Classe social e práticas de ação coletiva na AML .....	169
7.5	Perceção da posição social (em 2014) e práticas de ação coletiva.....	170
8.1	Fatores, categorias e modos de vida da pobreza .....	181
8.2	Uma previsão da evolução a curto e médio prazo dos diferentes modos de vida da pobreza em Portugal .....	184
8.3	Políticas para o combate à pobreza.....	189
9.1	Estudantes matriculados no ensino superior, 1970 a 2014.....	196
9.2	Estudantes e diplomados do ensino superior por sexo, 1990 a 2014 ...	199
11.1	Competitividade da agricultura e dinâmica socioeconómica, 2003.....	238
13.1	População das Ilhas dos Açores em 1864, 1960 e 2011 (%) .....	269
13.2	Índice sintético de fecundidade nos Açores e em Portugal, 1992-2013 .....	270
13.3	Taxas de fecundidade por grupos de idade nos Açores, 1991, 2001, 2011 .....	270
13.4	Nascimentos fora do casamento nos Açores e em Portugal, 1992-2014 (%) .....	271
13.5	Taxa de abandono escolar precoce nos Açores e em Portugal, 2001-2014 (%) .....	272
13.6	População ativa com o ensino superior nos Açores e em Portugal, 2000-2014 (%) .....	272
13.7	Evolução das taxas de desemprego nos Açores, por sexo, de 2006 a 2015 (%) .....	276
13.8	Beneficiários do RSI nos Açores, por ilha, 2013 (% da pop. residente com 15 e mais anos) .....	278

13.9	Distribuição da população em situação de pobreza e taxa de desemprego nos Açores e em Portugal, 1994-2009 e 2010-2014 (%) ....	279
13.10	Evolução da autoidentificação dos católicos, nos Açores e em Portugal, 1940 a 2011 (%) .....	281
13.11	Evolução da autoidentificação dos sem religião, nos Açores em Portugal, 1940 a 2011 (%).....	282
14.1	16 modalidades que contribuem mais para o primeiro eixo do espaço social do contexto analisado na zona oriental da cidade do Porto .....	296
14.2	11 modalidades que contribuem mais para o segundo eixo do espaço social do contexto analisado na zona oriental da cidade do Porto .....	297
14.3	Projeção, em termos suplementares, das variáveis grupo etário, condição perante o trabalho e tipo de habitação dos inquiridos nos eixos 1 e 2 do espaço social do contexto analisado na zona oriental da cidade do Porto .....	298
14.4	Projeção, em termos suplementares, de variáveis relativas a sociabilidade, destinos de férias, gostos musicais e em matéria de restaurantes no eixo 1 do espaço social da zona oriental da cidade do Porto .....	302
14.5	Projeção, em termos suplementares, de variáveis relativas a sociabilidade, destinos de férias, gostos musicais e em matéria de restaurantes no eixo 2 do espaço social da zona oriental da cidade do Porto .....	305
16.1	Confiança social e confiança nas instituições políticas na Europa .....	354
16.2	Modelo teórico das relações entre os dez tipos motivacionais de valores (Schwartz, 1992) .....	355
16.3	Saliência dos valores no total da amostra e em Portugal em 2012 .....	356
16.4	Efeito da adesão aos valores de conservação na confiança institucional consoante o passado democrático (democracias mais recentes <i>vs.</i> democracias mais antigas) .....	361
16.5	Efeito da adesão à abertura à mudança na confiança institucional consoante o passado democrático (democracias mais recentes <i>vs.</i> democracias mais antigas) .....	362
19.1	Evolução da pegada ecológica global e défice ecológico (1961-2011)..	424
19.2	Pegada ecológica e PIB <i>per capita</i> e IDH em 2011 .....	425
19.3	Valores de alguns indicadores de desenvolvimento em 2012 .....	427
19.4	Perigosidade atribuída a um conjunto de problemas ambientais .....	431
19.5	Preocupação geral com o estado do ambiente .....	432
19.6	O progresso económico abrandará se não se cuidar melhor do ambiente .....	433
19.7	O crescimento económico prejudica sempre o ambiente .....	434
19.8	O crescimento económico prejudica sempre o ambiente (evolução 2000 – 2010-12) .....	435
19.9	Militância em associações de defesa do ambiente .....	437

19.10	Práticas quotidianas para proteger o ambiente em Portugal .....	438
19.11	Índice de práticas quotidianas para proteger o ambiente .....	439
19.12	Índice de ação coletiva pelo ambiente .....	440
19.13	Avaliação do desempenho ambiental do país.....	441

## Quadros

9.1	Origens de classe dos estudantes do ensino superior, comparação com a população portuguesa (em percentagem) e índice de recrutamento de classe .....	200
9.2	Origens socioeducacionais dos estudantes do ensino superior, comparação com a população portuguesa (em percentagem) e índice de recrutamento escolar.....	203
12.1	Espaço agroflorestal do Continente, 1902/10, 1951/56 e 2009/10, 1000 hectares .....	248
13.1	Taxa bruta de atividade nos Açores e em Portugal, por sexo, 1991, 2001, 2011 (%) .....	274
13.2	População ativa feminina nos Açores e em Portugal, por setores de atividade, 1991, 2001 e 2011 (%) .....	274
13.3	Meios de vida nos Açores e em Portugal, 1991 e 2011 (%) .....	275
13.4	Meios de vida nos Açores, por ilha e sexo, 2011 (%) .....	275
13.5	Distribuição da população em situação de pobreza nos Açores e em Portugal, 1994-2009 (%) .....	277
13.6	Evolução da população beneficiária de RMG/RSI nos Açores e em Portugal, 2001 a 2014 (%).....	277
13.7	Autoidentificação dos católicos nos Açores, por ilhas, entre 1981 e 2011 (%) .....	281
14.1	Indivíduos recenseados na cidade do Porto e num contexto residencial alargado da zona oriental, classificados segundo a situação de classe da família — 2000 (%) .....	292
14.2	Indivíduos, economicamente ativos, recenseados num contexto residencial alargado da zona oriental, classificados segundo a situação de classe da família e segundo a situação de classe individual — 2000 (%) .....	294
14.3	Variáveis usadas para construir o espaço social no contexto analisado da zona oriental.....	294
14.4	ACM específica: valores próprios, taxas e taxas modificadas.....	295
15.1	Orientações sociais resultantes da orientação da ação e da orientação relativa à desigualdade .....	326
15.2	Orientação social na população do Continente e nas pessoas com deficiências e incapacidades (frequência e percentagem).....	328
15.3	Orientação social e relação com o tempo (frequência, percentagens em linha e em coluna) .....	330

15.4	Orientação social e valorização da iniciativa privada ou da redistribuição pelo governo (frequência e percentagens em linha) .....	331
15.5	Orientação social, projetos e razões para a pobreza (frequência) .....	336
16.1	Confiança nas instituições políticas na Europa, por país (médias) .....	352
16.2	Confiança nas instituições políticas na Europa, por grupo de países (médias e desvio-padrão).....	352
16.3	Confiança política em Portugal, segundo variáveis de nível individual (médias) .....	353
16.4	Saliência dos valores em Portugal, segundo variáveis individuais consideradas no modelo multinível .....	357
16.5	Preditores da confiança nas instituições políticas na Europa (coeficientes de regressão).....	360
19.1	Variação total entre 1992 e 2012 de alguns indicadores de desenvolvimento (percentagens).....	426

## Apresentação

Este livro nasce da vontade dos seus organizadores de homenagear um colega com quem partilham um percurso de mais de três décadas na Sociologia, seja como membros de equipas docentes e de equipas de projetos de investigação, seja na autoria conjunta de publicações, seja em dinâmicas de associativismo científico e profissional, seja ainda na qualidade de orientandos de doutoramento. Além de tudo isto, e por isso mesmo, é um colega a quem nos unem laços pessoais de amizade.

Um cientista social de referência, como João Ferreira de Almeida, é homenageado de muitas maneiras. É-o pelos que, na vida profissional própria, se inspiram no seu exemplo; pelos que estudam o que escreveu; pelos que utilizam o seu trabalho científico na investigação que desenvolvem; pelos que o citam nas suas publicações; e pelos que continuam presentemente a trabalhar com ele em diferentes atividades, já que falamos de alguém que continua ativo, a vários níveis, no campo académico e científico.

Além dessas homenagens individuais, dispersas, quotidianas, informais, mas silenciosas, entendemos que fazia sentido algo de mais sólido, visível e solene. Na vida universitária, em particular nas ciências sociais, a solenidade tende a ser desvalorizada, talvez porque não raro se associe a um modelo pomposo, formal e anacrónico. Não é essa a solenidade que tivemos em mente. Quisemos sobretudo, a benefício da memória coletiva de uma comunidade científica, assinalar e demonstrar o reconhecimento que é devido àquele que representa, consensualmente, um dos seus nomes maiores. E mostrar também como esse percurso e legado intelectuais se infiltram em muitos campos atuais das ciências sociais portuguesas.

Uma homenagem assim é para ser partilhada por muitos e foi isso que, enquanto organizadores, procurámos assegurar. Não foi difícil sermos bem-sucedidos na ambição... os que convidámos a contribuir para este livro prontamente se dispuseram a fazê-lo, de maneira generosa, disponibilizando textos originais, muitos deles escritos expressamente para aqui figurarem.

Os 37 autores que participam neste volume pertencem a instituições universitárias de todo o país. Além do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, as duas casas profissionais

de João Ferreira de Almeida, há colegas do Instituto de Sociologia e da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, da Universidade do Minho, da Universidade dos Açores, do Instituto Superior de Agronomia, do Instituto Superior de Economia e Gestão e da Universidade Atlântica.

Numa demonstração da influência do homenageado para além das fronteiras da sua disciplina, esses autores são tanto sociólogos, como antropólogos, geógrafos, agrónomos, demógrafos, psicólogos sociais e historiadores. E pertencem a gerações diferentes. Encontramos no livro colegas que participaram com João Ferreira de Almeida, antes da Revolução de Abril, nos primeiros passos do Gabinete de Investigações Sociais, criado por Sedas Nunes, hoje Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Outros que com ele têm partilhado décadas de interesses de pesquisa comuns, projetos de investigação em colaboração e publicação conjunta. Colegas que com ele fizeram parte do grupo que fundou a Associação Portuguesa de Sociologia, em 1985, e que depois empenhadamente a dinamizaram. Estão ainda antigos alunos, orientandos de doutoramento, membros de equipas de investigação que dirigiu.

Há certamente mais do que uma estratégia para definir os conteúdos de um livro de homenagem como este. A nossa foi a de construí-lo em torno dos cinco domínios temáticos em que João Ferreira de Almeida tem trabalhado ao longo da vida e convidar colegas que os partilham, garantindo a diversidade disciplinar, institucional e geracional. Esses domínios são: a teoria e a epistemologia; as classes e as desigualdades; as coletividades locais e os territórios; os valores e as representações sociais; o ambiente e a sustentabilidade. Cada um deles corresponde a uma das cinco partes do livro. A antecedê-las, surge uma abertura, na qual se fazem, em dois registos distintos, aproximações ao percurso pessoal e profissional e à obra científica do homenageado. Fecha o volume uma bibliografia do mesmo.

Além do agradecimento a todos os autores de capítulos pelo seu contributo, são devidos dois agradecimentos institucionais pelo apoio dado à concretização desta obra. Sem esses apoios teria sido muito difícil executá-la. Um é ao Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e o outro à Associação Portuguesa de Sociologia. E como as instituições são dirigidas por pessoas concretas, o agradecimento vai, em particular, para o Prof. Luís Reto e para a Prof.<sup>a</sup> Ana Romão, os responsáveis máximos das duas instituições no momento em que solicitámos esse apoio. O terceiro agradecimento vai para a Editora Mundos Sociais, na pessoa da sua diretora, Prof.<sup>a</sup> Patrícia Ávila, que prontamente acolheu a solicitação de publicação que lhe fizemos, bem como para a Lina Cardoso, pelo seu trabalho exemplar na preparação do livro para publicação.

Finalmente, queremos expressar ao João um enorme agradecimento por tudo o que aprendemos com ele. Sem nenhum tique de autoridade, foi um excepcional companheiro da nossa procura, curiosidade e trabalho sociológicos. A marca da sua inteligência e erudição teórica, o exemplo da sua cordialidade e abertura intelectual, o seu bom humor e disponibilidade deixaram rasto em tudo o que fazemos. E também, certamente, naquilo que somos!

## Capítulo 13

### **Dinâmicas sociais nos Açores**

*Gilberta Pavão Nunes Rocha*

Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

*Rolando Lalanda-Gonçalves*

Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

*Licínio Tomás*

Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

*Fernando Diogo*

Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

*Álvaro Borralho*

Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

### **Introdução**

Pretende-se neste capítulo apresentar algumas das dinâmicas sociais nos Açores nas últimas duas décadas, enquadrando-as na evolução global observada no país. O período adotado é justificável não só pela proximidade temporal, mas também por nele se identificarem algumas das mudanças sociais mais significativas ocorridas na sociedade açoriana e, em alguns casos, um atenuar das diferenças face ao todo nacional. Já uma ou outra referência a anos anteriores surge como forma de realçar aspetos mais particulares. Neste sentido, ganha relevo a análise comparativa entre dois espaços bem distintos, o nacional e o regional, nas suas grandes tendências, ritmos e momentos de viragem. Se é discutível a comparação de uma região com o conjunto que a engloba e não com as restantes regiões do país, também com distinções várias, a opção prende-se fundamentalmente com a necessidade de uma relativa abrangência temática.

Procura-se, assim, dar conta de alguns dos principais elementos estruturantes da análise sociológica, apresentados em pontos separados,<sup>1</sup> como a população e a educação, o emprego, a pobreza e a religiosidade, inseridos num contexto insular, de acentuada dispersão e desigualdade na dimensão geográfica e demográfica das várias ilhas. Como espaço(s) insular(es), de pequena dimensão, aqui não teorizado(s), nem fundamentado(s) nas características identificadoras da(s) insularidade(s), a análise e a compreensão da(s) sociedade(s) açoriana(s) não pode deixar de ter em consideração esta sua especificidade territorial. De facto, como já foi posto em evidência (Lalanda-Gonçalves, 2000), existe uma relação entre a insularidade

---

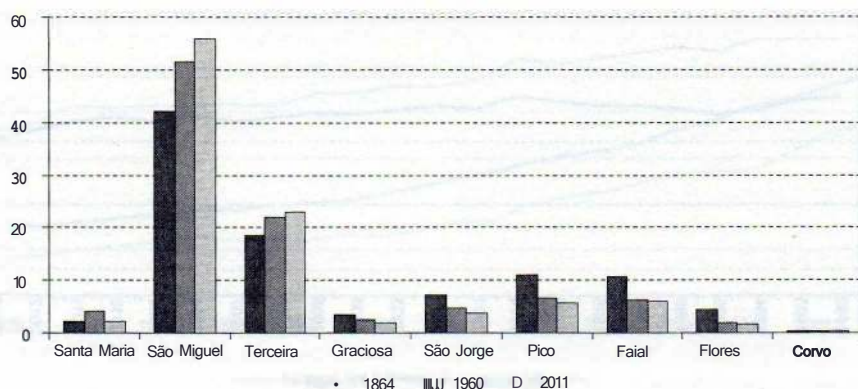
1 Correspondem a cada um dos autores que nestes domínios têm desenvolvido investigação na Universidade dos Açores.

(definida enquanto distância ao exterior e pequena dimensão territorial) e a contração do *espaço de oportunidade* (definido como a probabilidade de obter um emprego compatível com a qualificação obtida num determinado espaço socioeconómico). Procura-se, assim, integrar as diferentes dinâmicas sociais, económicas e culturais, e compreender o sistema societal açoriano tendo em conta a sua historicidade (Touraine, 1974). Se neste capítulo se dá maior centralidade à comparação nacional, a análise no interior do arquipélago não é esquecida, já que configura e permite compreender uma sociedade arquipelágica e muitas diferenças que são identificadas nas diversas problemáticas, tanto em termos de intensidade como de momento.

### **Dinâmicas demográficas e formativas**

A especificidade dos Açores decorre não só da sua situação insular, territorialmente dispersa, mas também da desigualdade na dimensão das diversas ilhas, cuja área varia entre os 17 km<sup>2</sup> no Corvo e os 744 km<sup>2</sup> em São Miguel (Rocha, 2012). Todavia, a distribuição populacional, ainda que naturalmente condicionada pela dimensão geográfica, não é perfeitamente coincidente com esta, verificando-se uma maior concentração demográfica nas ilhas de maior dimensão e densidade populacional. Esta não é uma tendência recente, sendo ao contrário uma realidade verificável em todo o período censitário, ou seja, desde 1864 até 2011, o que faz que nesta perspectiva de longa duração muitas ilhas tenham perdido mais de metade do seu volume demográfico. No último ano censitário, São Miguel e Terceira registam um peso superior ao que detinham em outros anos, designadamente em 1864 e 1960, sendo este último o ano em que os Açores apresentam o volume de população mais elevado, 327.446 habitantes, quantitativo bem distinto do registado em 1864, de 248.965 habitantes, e principalmente do ano de 2011 - 246.772 habitantes (figura 13.1). Sublinhe-se, no entanto, que desde 1991 (237.795 habitantes) o volume global do arquipélago tem vindo a aumentar, apesar de esta não ser uma tendência generalizada a todas as ilhas. Também a estrutura etária é bastante distinta, com níveis de envelhecimento muito contrastantes há já várias décadas, que nos permitem identificar, por um lado, ilhas demograficamente jovens - Santa Maria, São Miguel e Terceira, principalmente a segunda - e, por outro, ilhas bastante envelhecidas - Graciosa, Pico, Flores e Corvo - , estando as restantes numa situação intermédia e um pouco variável em alguns dos anos (Rocha, 2008; 2014).

Neste sentido, a dinâmica populacional apresenta intensidades e ritmos distintos entre as ilhas, apesar da tendência comum que caracteriza a sua inserção no processo de transição demográfica, ou seja, na modernidade. Nos anos mais recentes verifica-se em todas elas um declínio da natalidade e da mortalidade, a que se associam alterações na mobilidade, com o aumento da imigração e declínio da emigração, tendência que só nos últimos anos se pode ter alterado como consequência da crise económica e social que a região vive, em particular desde 2010, mas sobre a qual não há informação estatística que o confirme. Com efeito, e apesar das lacunas relativamente aos valores das saídas para o estrangeiro, a diminuição nas entradas



**Figura 13.1** População das Ilhas dos Açores em 1864, 1960 e 2011 (%)

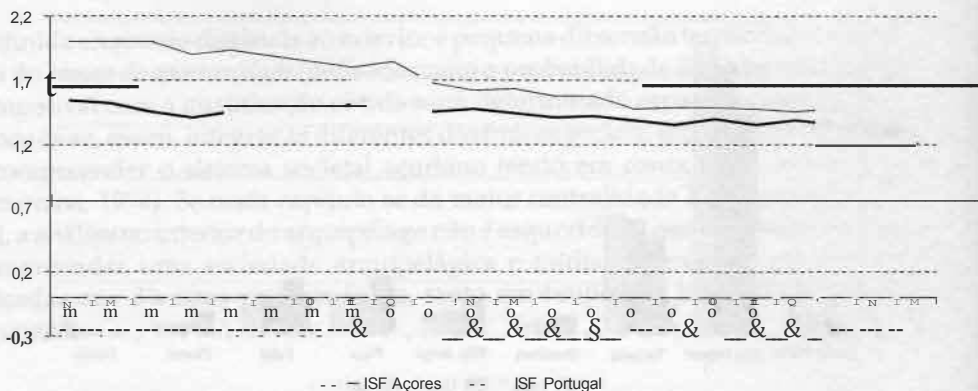
Fonte: INE, Censos da População, 1864, 1960, 2011.

é notória apesar do número de imigrantes que permanecem no arquipélago (Rocha, 2013).

Se a mobilidade, em especial a emigração, é a variável estrutural com maior responsabilidade na dinâmica demográfica dos Açores e na desigualdade entre as ilhas, designadamente no passado, e em especial no passado mais recuado (Rocha, 2008), cremos que uma melhor compreensão das alterações sociais do conjunto do arquipélago no contexto nacional, nas últimas décadas, será dada pela evolução da fecundidade, a variável demográfica que melhor tipifica o sentido da atual modernidade numa ótica comparativa com o todo nacional.

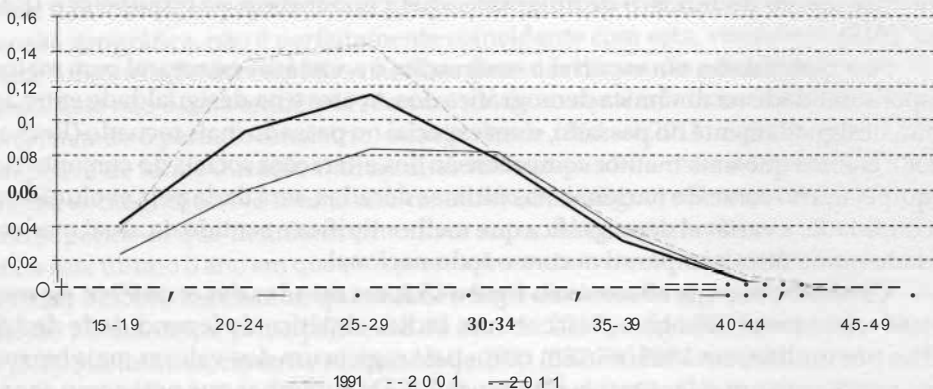
Conforme se pode observar na figura 13.2, em meados dos anos 90 os Açores já não renovam as suas gerações, com um índice sintético de fecundidade de 1,9 filhos por mulher, em 1995, ano em que o país regista um dos valores mais baixos da década, com um quantitativo de apenas 1,4. De sublinhar que neste caso se assiste a uma ligeira retoma nos anos seguintes, o que não acontece nos Açores, sendo só a partir de 2004, e principalmente desde 2010, que o declínio se acentua de forma ainda mais intensa e persistente. De sublinhar, também, que a diferença dos Açores face ao conjunto de Portugal se tem vindo a atenuar, tendo valores muito próximos em 2013, respetivamente 1,27 e 1,21. Podemos concluir, portanto, que neste aspeto a modernidade mais tardia do arquipélago praticamente não existe na segunda década do século XX, não obstante a persistência de diferenças internas. Trata-se de uma evolução social bastante significativa, considerando que a diferença temporal no contexto nacional global era anteriormente de, sensivelmente, uma década.

As alterações na fecundidade são bem visíveis quando se analisa a sua evolução por grupos etários (figura 13.3). Se o ritmo de decréscimo é semelhante nos dois períodos intercensitários, é no último que se modifica significativamente o modelo de fecundidade, que passa a ter taxas mais elevadas nas idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos e os 30 e os 34 anos.



**Figura 13.2** Índice sintético de fecundidade nos Açores e em Portugal, 1992-2013

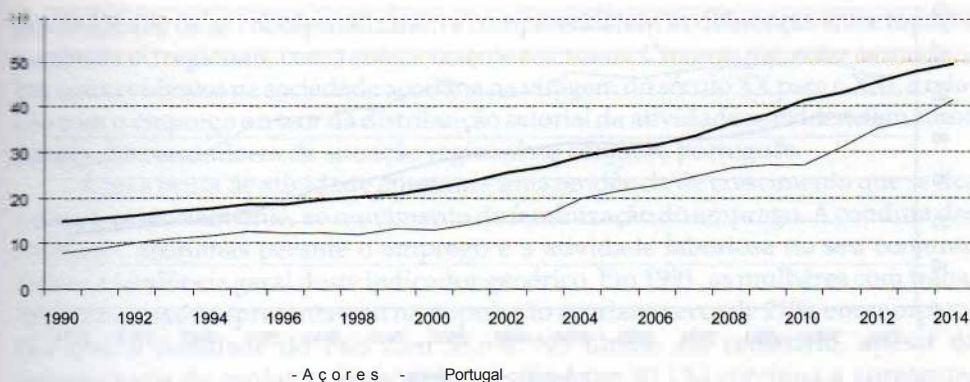
Fonte: INE, Indicadores Demográficos 1992-2013.



**Figura 13.3** Taxas de fecundidade por grupos de idade nos Açores, 1991, 2001, 2011

Fonte: INE, Censos de 1991, 2001, 2001; Estatísticas Demográficas, 1991, 2001, 2011.

A estas mudanças na fecundidade devemos associar também a sua relação com a nupcialidade, o que nos pode ser dado pela importância relativa dos nascimentos fora do casamento (figura 13.4). Neste caso, a principal conclusão respeita ao ritmo de crescimento, que passa de valores inferiores a 10% no início dos anos 90, para quantitativos superiores a 40% em 2014, evolução que no país no seu conjunto varia dos 15% para os 50% entre 1990 e o último ano em análise. Se a diferença não se esbate, verifica-se, no entanto, uma diminuição do desfasamento temporal que era inicialmente de cerca de dez anos, tal como acontecia com a fecundidade. Com efeito, a percentagem observada para Portugal em 1990 é atingida nos Açores em 2001, mas nos anos subsequentes o período vai-se reduzindo para cerca sete anos, e mais recentemente para quatro anos.



**Figura 13.4** Nascimentos fora do casamento nos Açores e em Portugal, 1992-2014 (%)

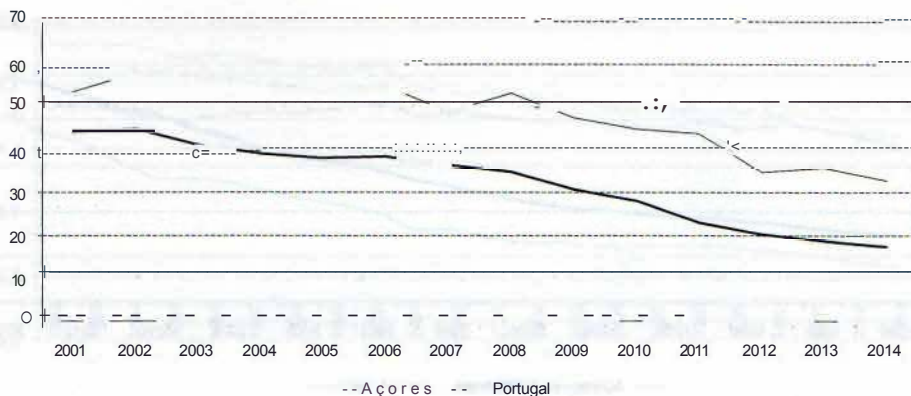
Fonte: INE, Indicadores Demográficos, 1992 a 2014.

O mesmo acontece se tomarmos em consideração os nascimentos fora do casamento mas com coabitação dos pais, que em 1995 são nos Açores 8,2% e no conjunto do país 14,3%, e em 2014 são, respetivamente, 33,6% e 32,3%.

Finalizamos este ponto com um aspeto - a educação - que, não sendo estritamente demográfico, diz respeito a grupos populacionais específicos - os jovens entre os 18 e os 24 anos e os adultos ativos. A sua consideração é determinante na diferenciação entre grupos sociais e para a compreensão dos tempos e ritmos das mudanças sociais, o que, neste sentido, nos permite perceber muitas das situações analisadas neste capítulo, quer as relacionadas com a atividade económica e o emprego, quer a pobreza e a religião. Seleccionámos para esta breve análise a taxa de abandono escolar precoce e a percentagem na população ativa de diplomados com o ensino superior.

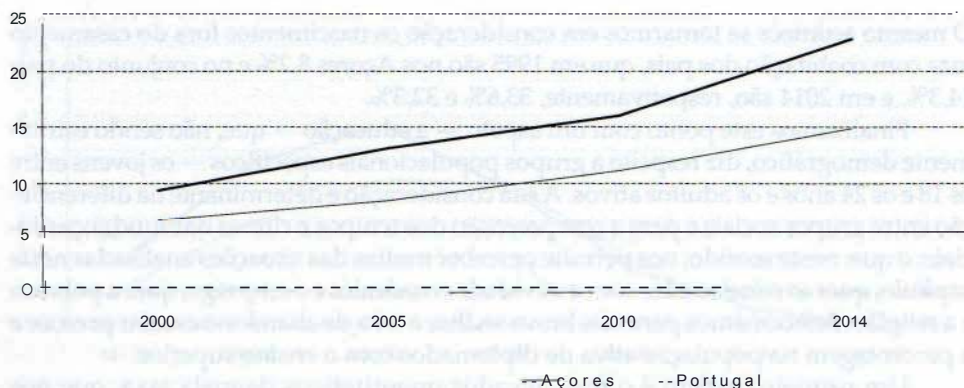
Um primeiro aspeto é o dos elevados quantitativos daquela taxa, que nos Açores são superiores a 50% até 2008; um segundo respeita ao declínio relativamente acentuado a partir da última data e, principalmente desde 2011, quando passa para valores da ordem dos 35-32%; um terceiro é a diferença face ao país no seu todo, que não se esbate, até se acentua; e, por último, a gradual diminuição temporal entre os dois espaços, o nacional e o regional. Se a situação inicial, em 2001, já é bastante distinta, o ritmo de diminuição nos Açores é mais atenuado e, fundamentalmente, faz-se bem mais tardiamente. A taxa registada em 2001 para Portugal só é atingida nos Açores cerca de dez anos mais tarde, sendo o desfasamento nos anos mais recentes da ordem dos cinco anos. Ou seja, a região regista em 2014 um valor semelhante ao do país em 2008/2009 (figura 13.5).

No que diz respeito à percentagem de ativos com um diploma do ensino superior, verifica-se, na última década e meia, uma progressiva divergência entre os Açores e o país no seu todo (figura 13.6). Com efeito, se este indicador era em 2000 de 6,5% nos Açores e de 9,3% em Portugal, em 2014 o mesmo cifra-se em 14,9% e 22,9%, respetivamente. Se, por um lado, a tendência de crescimento do peso relativo da população ativa com o ensino superior é uma realidade nos dois territórios, constata-se,



**Figura 13.5** Taxa de abandono escolar precoce nos Açores e em Portugal, 2001-2014 (%)

Fonte: INE, Indicadores Demográficos, 2001-2014.



**Figura 13.6** População ativa com o ensino superior nos Açores e em Portugal, 2000-2014 (%)

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 2000, 2005, 2010, 2014.

por outro lado, que a divergência entre estes espaços se acentua. Os fatores de natureza estrutural que estão na origem deste desfasamento encontram-se associados a diferentes dinâmicas sociais verificadas tanto no sistema de ensino e de qualificação, como nas dinâmicas económicas e profissionais que analisamos em seguida.

### Dinâmicas económicas e profissionais

Há, na relação com a esfera do trabalho, algo que contribui para definir as características e o lugar que os indivíduos ocupam numa população ou numa sociedade. Existe, também, por via da atividade e das relações de trabalho, uma efetiva

possibilidade de se conceptualizarem e compreenderem as diferenças entre espaços nacionais ou regionais, como anteriormente referimos. Cremos que, entre as mudanças mais evidentes na sociedade açoriana na viragem do século XX para o XXI, a relação com o emprego e o teor da distribuição setorial da atividade se evidenciam como fatores diferenciadores da situação regional no conjunto português.

A taxa bruta de atividade apresenta uma tendência de crescimento que se fica a dever, essencialmente, ao movimento de feminização do emprego. A conduta das mulheres açorianas perante o emprego e a atividade laboriosa no seu conjunto reflete a tendência geral deste indicador genérico. Em 1991, as mulheres com trabalho remunerado representavam na população açoriana cerca de 21 % em comparação com a realidade do País com 35,5%. No último ato censitário, apesar da convergência da evolução registada, a região (com 40,1%) continua a apresentar valores inferiores à média nacional (43,9%). Sublinhe-se que só em 2001 os Açores registam uma taxa semelhante à que o país tinha em 1991. Acentuando esta tendência de recuperação, em 2011 os valores do país e da região estão muito próximos, o que denota uma diminuição significativa do desfasamento temporal entre os dois espaços. Para a divergência anteriormente referida contribuíram, em nossa opinião, uma maior incidência da prática da economia de subsistência (agricultura ou pesca desenvolvidas sem recurso ao mercado), um maior peso relativo da faixa de menores em idade legal para trabalhar, apresentando um volume mais expressivo que em outros lugares, e a posição da mulher, confinada, essencialmente, à condição de doméstica e pouco profissionalizada (quadro 13.1).

Deste modo, entre as particularidades da população ativa açoriana empregada encontramos, ainda, uma relativamente baixa feminização do emprego, com reflexo evidente nos valores da taxa de bruta de atividade. Decorrente da sua especificidade, o peso do setor terciário não constitui propriamente uma constatação recente, sendo determinante na evolução das taxas de atividade. Foi, no entanto, o fenómeno de terciarização da economia que, mais recentemente, teve o mérito de resgatar muitas das mulheres à sua condição tradicional de domésticas.

Entre os censos do virar do século, os Açores foram, contudo, a região do país onde a atividade feminina mais cresceu, recuperando assim de uma discrepância evidente (quadro 13.2). Indicador tão sintético quanto genérico, a taxa bruta de atividade apresenta uma tendência de crescimento que se fica essencialmente a dever, como sabemos, ao movimento de feminização do emprego e de profissionalização, em grande parte, do trabalho doméstico na sua forma assalariada (Battagliola, 2008).

De acordo com esta observação, terá sido, porventura, também a nível regional, que a procura de trabalho assalariado no âmbito dos serviços, designadamente de limpeza, habitação e cuidados de pessoas ou fornecimento de serviços pessoais ao domicílio, veio garantir alguma empregabilidade às mulheres. Se a situação feminina perante o emprego e a atividade, no seu conjunto, dita a mais significativa das alterações a nível dos principais indicadores de atividade, engrossando a força de trabalho, também a transformação das relações e do teor dos vínculos laborais incita a conceber uma mudança na posição da mulher na esfera social.

Marcada pela natureza da atividade desenvolvida, a distribuição setorial do emprego aponta para as características mais gerais que sabemos identificarem as

**Quadro 13.1** Taxa bruta de atividade nos Açores e em Portugal, por sexo, 1991, 2001, 2011 (%)

	1991			2001			2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	44,6	54,3	35,5	48,2	54,8	42,0	47,6	51,6	43,9
Açores	36,9	53,1	21,1	42,0	52,1	32,1	46,6	53,2	40,1

Fonte: INE, Censos da População 1991, 2001 e 2011.

**Quadro 13.2** População ativa feminina nos Açores e em Portugal, por setores de atividade, 1991, 2001 e 2011 (%)

	1991			2001			2011		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
Portugal	9,5	29,7	60,8	3,7	24,1	72,2	1,9	15,5	82,6
Açores	2,5	9,1	88,5	3,2	9,3	87,6	2,5	7,2	90,3

Fonte: Censos da População, 1991, 2001 e 2011.

particularidades açorianas: a importância relativa da agricultura, pecuária e pescas (85%), assim como do setor dos serviços (70,9%). A evolução demonstra, porém, um enfraquecimento progressivo das atividades tradicionais ligadas à lavoura e às pescas face ao ano de 1991. Setorialmente, a participação da mulher, quer na indústria conserveira, quer na indústria de laticínios, ou na do chá e dos produtos processados, ainda que em pequena escala, garante a moldura de enquadramento laboral que dá conta do assalariamento feminino e do seu envolvimento na indústria local (Moziz, 1995; Tomás, 2003). Contudo, a mão-de-obra industrial tem uma relativamente fraca expressão no tecido económico regional, com 20,6% dos ativos empregados, tendo o valor regredido comparativamente ao ano de 2001, à semelhança do que se verificou para outras regiões do Continente português.

Não obstante as tendências já salientadas no panorama regional ou nacional da distribuição setorial do emprego feminino, o efeito de terciarização da mão-de-obra é notório, com valores da ordem dos 92,6% para o arquipélago e 82,3% para o todo nacional. Mas o setor primário, nas suas diferentes atividades, diverge em substância do teor do emprego agrícola e piscatório, quer do litoral (Moreira, 1987), quer do interior português (Almeida, 1985) e, por isso, fixa em menor volume a participação feminina (2,5%, tanto em 1991 como em 2011).

Assim, como dissemos, e atendendo ao enquadramento nacional, uma das singularidades encontra-se patente nos indicadores de atividade feminina, quer a nível das taxas, quer da distribuição setorial do trabalho remunerado. Mas é correlativa à obtenção de trabalho assalariado que mais se faz sentir a diminuição da dependência familiar, isto é, dos indivíduos a cargo da família. Quando analisamos a população com mais de 15 anos de idade em função do seu principal meio de vida nos Açores, verificamos que o segmento a cargo diminuiu de 32,8% em 1991 para

**Quadro 13.3** Meios de vida nos Açores e em Portugal, 1991 e 2011 (%)

	1991				2011			
	Trabalho	Pensão	Família	Outro	Trabalho	Pensão	Família	Outro
Portugal	49,5	20,9	23,0	6,6	48,2	27,4	15,4	9,0
Açores	44,2	18,5	32,8	4,5	50,3	21,1	20,0	8,6

Fonte: INE, Censos da População, 1991 e 2011.

**Quadro 13.4** Meios de vida nos Açores, por ilha e por sexo, 2011 (%)

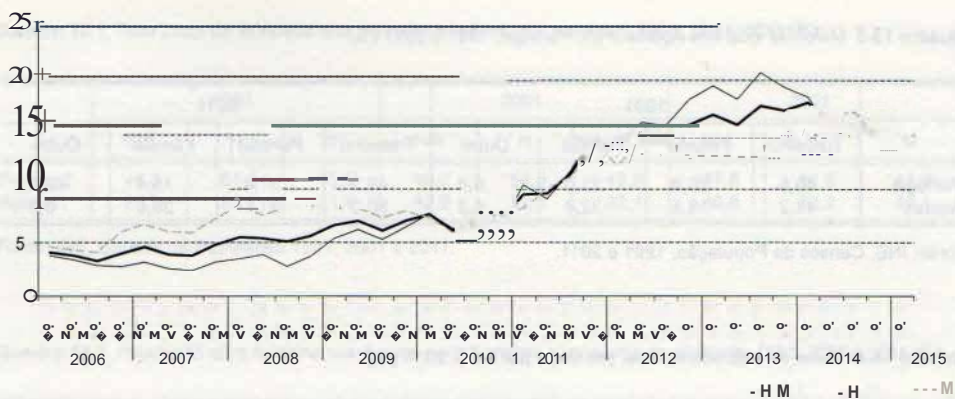
Meio de vida	Rendimento do trabalho			Reforma/Pensão			A cargo da família			Outra situação		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Açores	50,3	58,5	42,4	21,1	19,4	22,7	20,0	14,5	25,4	8,6	7,6	9,5
Santa Maria	49,8	58,8	41,5	20,5	19,0	21,8	18,7	13,7	23,3	11,0	8,5	13,4
São Miguel	50,0	58,1	42,2	18,3	16,8	19,6	22,4	16,6	28,0	9,3	8,5	10,2
Terceira	51,0	59,8	42,8	22,7	21,0	24,2	18,6	12,4	24,5	7,7	6,8	8,5
Graciosa	46,5	55,3	38,2	29,7	27,9	31,4	16,0	9,9	21,8	7,8	6,9	8,6
São Jorge	48,3	56,5	40,3	25,9	25,1	26,7	18,1	12,0	24,1	7,7	6,4	8,9
Pico	48,3	56,7	40,4	29,6	26,1	33,0	14,8	11,3	18,2	7,3	5,9	8,4
Faial	53,2	59,3	47,5	24,5	22,1	26,8	14,3	11,5	16,8	8,0	7,1	8,9
Flores	50,9	61,3	40,3	27,5	23,7	31,4	15,0	9,9	20,1	6,6	5,1	8,2
Corvo	61,8	68,6	53,1	19,8	19,3	20,4	11,7	6,3	18,5	6,7	5,8	8,0

Fonte: INE, Censo da População, 2011.

20,0% em 2011 (quadro 13.3). Com efeito, a economia familiar nos meios rurais açorianos foi fortemente abalada, quer devido às sucessivas vagas de saída da mão-de-obra, quer em virtude das transformações tardias, mas irreversíveis, induzidas pela modernização social.

Em 2011, cerca de uma em cada duas pessoas tem no rendimento do trabalho a sua principal fonte de subsistência. No arquipélago, a proveniência dos rendimentos, na sua variabilidade de situações, apresenta uma firme convergência na aproximação aos valores médios nacionais. A dependência direta do salário, na sua diferenciação por ilhas, encontra-se, sobretudo, correlacionada com a participação económica e profissional das mulheres, situação particularmente relevante em São Miguel, Terceira e Faial. Inversamente, e de forma muito genérica, é também nestas ilhas que uma pensão ou reforma, como principal meio de vida, tem menos expressão. Já a dependência familiar reflete, com bastante nitidez, a escassez de população jovem, principalmente nas ilhas Graciosa, do Pico, Flores e Corvo (quadro 13.4).

Indicador de síntese conjuntural, traduzindo o estado da mão-de-obra face ao mercado de trabalho remunerado (Freyssinet, 1998), a taxa de desemprego traduz situações variadas de contrariedade em termos de integração sociolaboral, que no contexto atual do país e da região não queremos deixar de explicitar (figura 13.7). Com efeito, no final da primeira década do século XXI, os Açores passam de um



**Figura 13.7** Evolução das taxas de desemprego nos Açores, por sexo, de 2006 a 2015 (%)

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, de 2006 ao 10 semestre de 2015.

desemprego com expressão quantitativa que se mantinha residual (Tomás, 2012) para valores que se situam entre os mais elevados do todo nacional.

Não constituindo uma exceção, também o perfil do desemprego estrutural nos Açores parece ter-se alterado substancialmente com a crise económica manifesta a partir de 2010 e que ainda permanece. Os últimos anos parecem ter sido particularmente reveladores da fragilidade desta região insular, com uma economia fortemente dependente das tendências nacionais, acusando mais do que outras o impacto das conjunturas. Todavia, ultimamente, já não é sequer a diferenciação entre homens e mulheres que constitui o principal traço diferenciador do desemprego. Apesar da sua maior expressão no universo feminino, em termos tendenciais as flutuações trimestrais indicam claramente que estas diferenças foram sendo minimizadas em detrimento de outros fatores que segmentam hoje o mercado de trabalho, como a idade e o teor da relação laboral (Rebelo, 2012).

### Dinâmicas de pobreza e exclusão

Ao longo das últimas duas décadas a pobreza constituiu um traço estruturante da sociedade açoriana. Com efeito, ao longo deste período atingiu valores quase sempre acima dos 30% e em dois dos anos em apreciação (1995 e 1996) a taxa de pobreza chegou mesmo a atingir dois quintos dos residentes no arquipélago e só em 2009<sup>2</sup> é que se fixou abaixo dos 20%.

Os dados coligidos mostram uma taxa de pobreza elevada, embora em decréscimo evidente na década de 2000, em especial entre este ano e o de 2005, período em que baixou 14,1 pontos percentuais (quadro 13.5). Embora seja preciso ter

2 Último ano para o qual existem dados sobre a pobreza nos Açores.

**Quadro 13.5** Distribuição da população em situação de pobreza nos Açores e em Portugal, 1994-2009 (%)

	1994	1995	1996	1997	2000	2005	2009
Portugal	22,5	23,4	22,1	23,8	18,5	16,4	14,8
Açores	34,1	41,2	41,8	38,7	35,3	21,2	17,9

Fonte: INE, Painel dos Agregados Familiares da União Europeia (1994-1997); Inquérito às Despesas das Famílias (2000, 2005 e 2009).

**Quadro 13.6** Evolução da população beneficiária de RMG/RSI nos Açores e em Portugal, 2001 a 2014 (%)

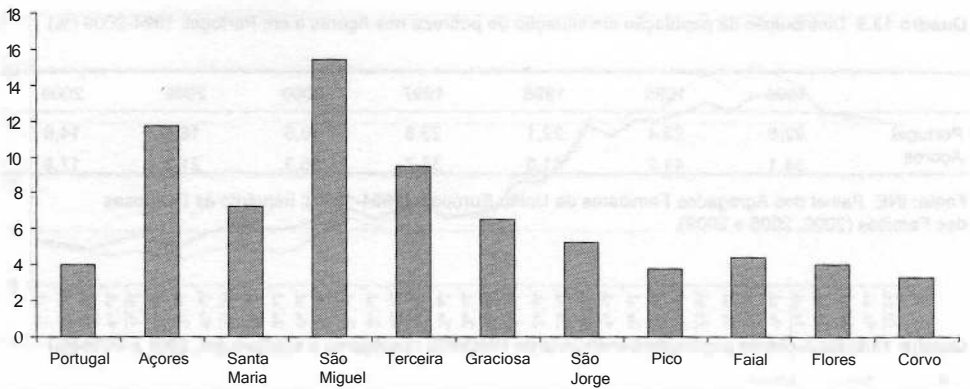
Anos	Açores	Portugal	Diferença em pontos percentuais
2001	9,2	-	-
2002	7,1	-	-
2003	6,6	-	-
2004	6,3	1,5	4,9
2005	7,5	2,1	5,4
2006	7,6	2,9	4,6
2007	7,4	3,1	4,3
2008	7,7	3,5	4,2
2009	10,0	4,6	5,3
2010	10,8	5,0	5,8
2011	9,5	4,2	5,3
2012	10,6	3,6	7,0
2013	9,7	3,4	6,3
2014	9,9	3,0	6,9

Fontes: SS até 2008; Pordata, 2009 a 2014; INE, Censo de 2011.

algum cuidado na análise destes dados, provenientes de diversas fontes, o retrato traçado é inequívoco: a pobreza permanece uma realidade quotidiana para um número muito significativo de açorianos, condicionando assim as suas opções e os seus percursos de vida.

Sublinhe-se ainda a grande diferença face ao todo nacional que, apesar de ter vindo a diminuir no período em análise, ainda apresenta alguma expressividade em 2009, cerca de 4 pontos percentuais. Também neste indicador o desfaseamento temporal é inicialmente de cerca de dez anos, ou até mais, pois se compararmos o valor para Portugal em 1994 ele é muito próximo do observado nos Açores em 2005, enquanto que no final do período em análise diminui para cerca de cinco anos.

A análise da pobreza nos Açores poder ser complementada com os dados do rendimento mínimo garantido (RMG), entretanto rebatizado de rendimento social de inserção (RSI), que, sendo um indicador com limitações, tem a vantagem de ser praticamente o único indicador direto da pobreza nos Açores (quadro 13.6). Os dados mostram que desde o início deste século o número de beneficiários é bastante elevado, atingindo valores anuais entre 6% e 10% da população residente, sendo sempre



**Figura 13.8** Beneficiários do RSI nos Açores, por ilha, 2013 (% da pop. residente com 15 e mais anos)

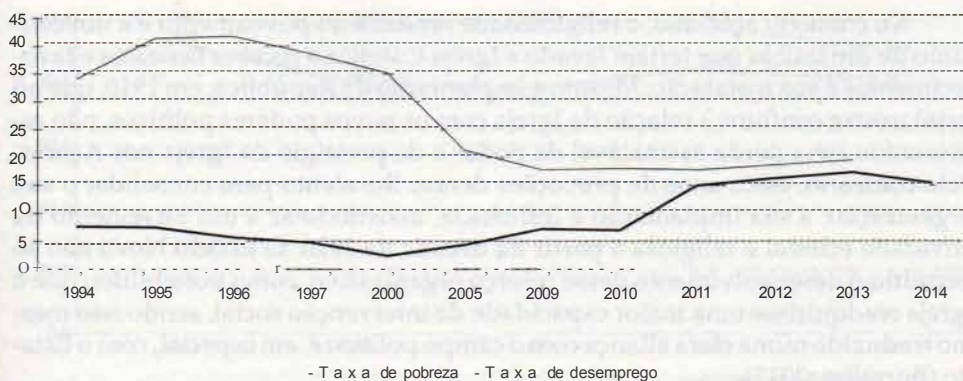
Fontes: Pordata, MSESS e INE, Estimativas Anuais da População Residente.

substancialmente superiores à média nacional. Aliás, a diferença em pontos percentuais entre as taxas regional e nacional é sempre superior ao valor da taxa nacional.

O RSI possibilita ainda aprofundar a análise das desigualdades de distribuição da pobreza no interior do território açoriano. Assim, os altos valores dos Açores, em relação à taxa nacional, geram-se fundamentalmente em São Miguel e na Terceira, enquanto o conjunto destas duas ilhas representa cerca de três quartos da população do arquipélago, como já se referiu e, como tal, definem em boa parte o valor regional. No polo oposto encontram-se quatro ilhas onde as respetivas taxas estão em linha com a média nacional - Pico, Faial, Flores e Corvo, existindo, também, um grupo intermédio constituído por Santa Maria, Graciosa e São Jorge (figura 13.8).

Os dados sobre desemprego, cuja evolução recente apresentámos no ponto anterior, mostram-nos ainda que nos Açores a pobreza não deriva do desemprego. Nas duas últimas décadas a taxa de desemprego, com exceção dos últimos anos, tem sido baixa e a taxa de pobreza alta. Portanto, estamos em presença de um elevado número de indivíduos (e de famílias) cuja situação de pobreza está associada à forma como se relacionam com o mercado de trabalho e não à exclusão involuntária deste. No entanto, se não existem dados sobre a pobreza nos Açores para anos posteriores a 2009, pode-se observar que entre este ano e 2014 a taxa de desemprego mais do que duplicou, algo que deve ter tido impacto no aumento da pobreza no arquipélago (figura 13.9). Anível nacional, a pobreza e o desemprego aumentaram de forma concomitante, embora o modo como a aquela é calculada tenha contribuído significativamente para atenuar essa subida, como o próprio INE reconhece (INE, 2015: 6).<sup>3</sup> Neste sentido, é provável que a relação

3 Uma taxa de pobreza ancorada a 2009 traduz-se em 2013 num valor de 25,9%, muito acima dos 19,5% oficiais.



**Figura 13.9** Distribuição da população em situação de pobreza e taxa de desemprego nos Açores e em Portugal, 1994-2009 e 2010-2014 (%)

Fonte: INE, ICOR, EU SILC 2010 a 2013; SREA.

entre pobreza e desemprego nos Açores já não se verifique do mesmo modo que no passado.

Estes resultados apenas nos permitem estabelecer a centralidade do problema da pobreza nos Açores e o facto de ter vindo a diminuir, embora esta última afirmação deva ser entendida com a maior das cautelas, pelas razões acima aduzidas. A abordagem da relação entre pobreza e desemprego permite antever que ser pobre nos Açores é, mais do que no conjunto do país, um problema associado à forma como o mercado de trabalho se organiza. Com efeito, são vários os fatores estruturais que condicionam a produção e reprodução social da pobreza nos Açores, desde logo a forma como o mercado de trabalho e o tecido empresarial local a influenciam, de onde se destaca a questão dos vínculos laborais, do subemprego e dos rendimentos do trabalho, mas também as qualificações ou as desigualdades de género, como já tivemos oportunidade de sublinhar.

### Dinâmicas religiosas

Do conjunto das dinâmicas sociais registadas nos Açores, uma das mais importantes continua a ser a religiosidade verificada no arquipélago. E dentro da religiosidade assume particular relevância o catolicismo. Com efeito, se atendermos à autoidentificação sociorreligiosa, verifica-se que a grande maioria dos açorianos se vinculam à religião católica e que esse valor, apesar de ter diminuído nas últimas décadas, ainda mantém um registo global da ordem dos 90%. A tradição católica do país é, aliás, bem conhecida. A antiga afirmação de que "Portugal é um país católico" foi, talvez mais do que uma afirmação, uma fórmula política, "insistentemente repetida antes do derrube, em 1974, do regime autoritário, numa altura em que estruturas do Estado e da Igreja recíproca e publicamente se apoiavam" (Almeida, 1987: 229).

No contexto açoriano, a religiosidade remonta ao povoamento e a um conjunto de dinâmicas que teriam levado a Igreja Católica a receber benesses e favores à sua instalação. Mesmo a implantação da República, em 1910, que no geral trouxe conflitos à relação da Igreja com os novos poderes políticos, não representou uma perda assinalável de poder e de prestígio da Igreja nos Açores. Pelo contrário, esses anos de provações deram-lhe alento para consolidar a sua organização, a sua implantação e influência, assistindo-se a um incremento da atividade eclesial e religiosa a partir da década de 1920. O Estado Novo não só permitiu o desenvolvimento desse reforço organizativo, como possibilitou que a Igreja readquirisse uma maior capacidade de intervenção social, sendo isso mesmo traduzido numa clara aliança com o campo político e, em especial, com o Estado (Borrvalho, 2013).

Assim, não é de estranhar que a religiosidade de matriz católica tenha resistido melhor nos Açores do que no resto do país. Isto mesmo é verificável na figura 13.10, que mostra a evolução da autoidentificação dos católicos, em Portugal e nos Açores, entre 1940 e 2011, com base nos resultados dos censos. Embora com diferenças no ponto de partida (1940), a evolução mais recente mostra um país menos católico, com o valor de 2011 a atingir o mínimo da série (81 %), o que também se regista para os Açores, mas a cifrar-se nos 91,2%. A evolução permite ainda ver que as décadas que mais contribuíram para o esbatimento da religiosidade católica são as de 1980 e de 1990, enquanto para os Açores é sobretudo a partir de 2001 que se dá o maior decréscimo. Com efeito, em 60 anos, a religiosidade católica no arquipélago diminuiu 1,6%, vindo de uma situação de hegemonia do catolicismo.

Ainda que se verifiquem diferenças, a religiosidade nos Açores é claramente homogénea quando vista em termos territoriais. Comparando os valores obtidos entre 1981 e 2011, observa-se uma pequeníssima variação de ilha para ilha com a Graciosa a registar, em 1981, o maior valor (99,8%) e o Faial o menor (98,3%). O mesmo se identifica para as duas décadas seguintes, conforme afirmado antes. Onde já se regista alguma variação significativa é em 2011, sendo agora as Flores, o Corvo e o Pico - na casa dos 88% - e a Terceira (90,7%) a registarem valores menores de religiosidade e ligeiramente abaixo da média regional (91,2%), enquanto nas outras ilhas se registam valores superiores, mas não muito destacados do valor médio da região (quadro 13.7).

A perda de identificação religiosa tem sido longamente teorizada por recurso às práticas de secularização que se registam desde o início da modernidade, a que Weber, com grande sentido e alcance explicativo, apelidou o "desencantamento do mundo" (1983 [1905]: 92). Como processo, a secularização tomou-se mais relevante durante os anos 1960-1970 e a religião passou a ser entendida como "um fenómeno sujeito a uma acentuada erosão e um constante decréscimo" (Fernandes, 2003: 124). Neste sentido, a secularização é concomitante com a perda de identificação religiosa e este parece ser mesmo o melhor indicador para a perceber.

Assim, vendo os valores censitários dos sem religião, observa-se uma evolução dos valores e da prática secularizada, mais forte no país do que nos Açores, embora as curvas apresentem significativas diferenças. Enquanto em Portugal a secularização desce de 1940 (4,5%) até ao seu mínimo atingido em 1991 (2,7%) e



**Figura 13.10** Evolução da autoidentificação dos católicos, nos Açores e em Portugal, 1940 a 2011 (%)

Fonte: INE, Censos 1940, 1981, 1991, 2001, 2011.

**Quadro 13.7** Autoidentificação dos católicos nos Açores, por ilhas, entre 1981 e 2011 (%)

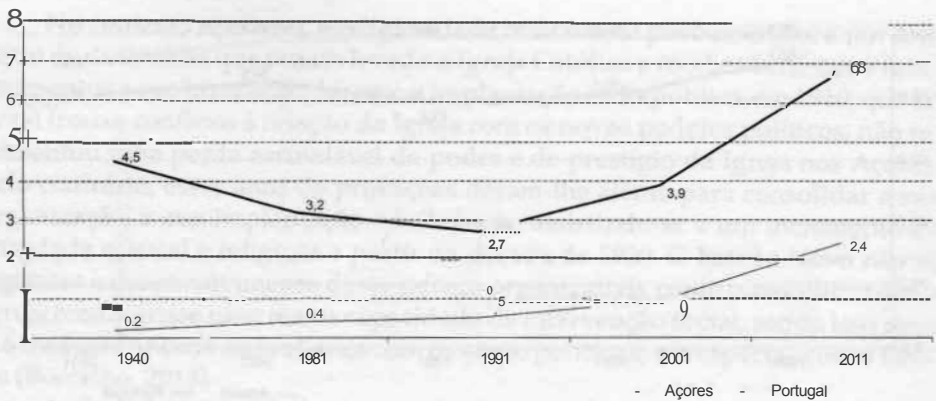
Católicos	1981	1991	2001	2011
Santa Maria	98,7	98,8	98,0	90,2
São Miguel	98,8	98,3	98,5	91,9
Terceira	98,7	99,3	98,1	90,7
Graciosa	99,8	99,1	99,0	93,6
São Jorge	99,4	98,4	99,1	93,5
Pico	98,6	98,1	97,0	88,4
Faial	98,3	98,7	96,8	88,5
Flores	99,2	98,5	97,1	88,1
Corvo	99,7	98,8	98,6	88,1
Açores	98,8	98,6	97,8	91,2

Fonte: INE, Censos de 1940, 1981, 1991, 2001, 2011.

recupera com uma dinâmica de crescimento mais rápido, os valores atingidos nos Açores crescem com pouca expressão até 2001 (0,9%) para, na última década, registarem o maior aumento (figura 13.11).

Confirma-se o que se disse antes a respeito do processo da relação histórica entre a Igreja e o Estado: a implantação da República e a tendência para a secularização imposta pela nova realidade política levaram a conflitos, e a perda de identificação religiosa não foi homogênea (Catroga, 2006: 28-29). Só assim se explica que existam mais agnósticos e ateus em Portugal em 1940 do que em 1991. No entanto, nos Açores, isso não se verificou, o que ilustra bem a diferenciação do processo, assim como a capacidade que a Igreja Católica teve no retomar e no reforço da sua intervenção na sociedade portuguesa durante o Estado Novo, regime político que em termos ideológicos estava mais próximo do Vaticano (Alexandre, 2006: 407).

Apesar de um crescimento mais lento da secularização, os estudos mais recentes sobre o fenómeno na sociedade açoriana têm revelado uma quebra dos



**Figura 13.11** Evolução da autoidentificação dos sem religião, nos Açores em Portugal, 1940 a 2011 (%)

Fonte: INE, Censos de 1940, 1981, 1991, 2001, 2011.

preceitos morais graves. As orientações valorativas revelam variações entre homens e mulheres, com estas a atribuírem uma maior gravidade ao preceito moral mais atinente à orientação espiritual da Igreja, enquanto os homens valorizam gravemente aspetos ligados à materialidade da vida, o que marca a vivência religiosa insular como predominantemente feminina (Medeiros, 2008: 230). Mas é, sobretudo, ao nível da escolaridade que se revelam as grandes diferenças de valores, sejam os que dizem diretamente respeito à fé, como os que dizem respeito a outras dimensões da vida fortemente reguladas pela crença, como a sexualidade. Mesmo ao nível dos crentes observa-se a intromissão de graus de liberdade no sentido de organizar e viver a crença, em especial nos detentores de maiores níveis de escolaridade, que vão desde a pouca aceitação até à rejeição completa de determinados preceitos morais. Esta nova relação parece assentar numa autonomia cada vez maior de viver a crença através de uma prática reveladora da combinação de elementos valorativos. Este "novo artesanato das ideias", na feliz expressão de Ferreira de Almeida, chama a atenção para "uma época em que pessoas e grupos reivindicam autonomia para combinar e gerir elementos desses grandes sistemas ideológicos, escapando à rigidez e à previsibilidade de outrora" (Almeida, 1991: 34).

## Conclusão

Nas últimas décadas os Açores conheceram mudanças sociais significativas, quer no que respeita ao seu processo de transição demográfica e social, quer em melhorias nos níveis de qualificação da sua população, terceirização da economia, participação da mulher no mercado de trabalho, diminuição da pobreza estrutural e menor identificação religiosa, seguindo, assim, as tendências observadas a nível do país. As diferenças temporais de aproximação entre os dois espaços têm sido encurtadas, embora tal não corresponda a uma diminuição efetiva nas intensidades dos diversos

fenómenos. Com efeito, se assistimos a uma similitude na fecundidade e até no entendimento do casamento, nas práticas religiosas, bem como na feminização do mundo laboral, ainda que em profissões de baixo estatuto económico e social, verifica-se um acentuar das desigualdades nos níveis de qualificação e de pobreza, que evidenciam as fragilidades atuais e futuras da sua estrutura económica e social.

### Referências bibliográficas

- Alexandre, Valentim (2006), *O Roubo das Almas: Salazar, a Igreja e os Totalitarismos (1930-1939)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Almeida, Ana Nunes de (1985), "Trabalho feminino e estratégias familiares", *Análise Social*, XI (85), pp. 7-44.
- Almeida, João Ferreira de (1987), "Párocos, agricultores e a cidade - dimensões da religiosidade rural", *Análise Social*, XXIII (96), pp. 229-240.
- Almeida, João Ferreira de (1991), "Democracia, desigualdades, valores", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32 (Coimbra, Centro de Estudos Sociais), pp. 29-34.
- Battagliola, Françoise (2008), *Histoire du Travail des Femmes*, Paris, Editions La Découverte (col. Reperes).
- Borralho, Álvaro (2013), *A Sagrada Aliança: Campo Religioso e Campo Político nos Açores (1974-1996)*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Bourdieu, Pierre (1980), *Le Sens Pratique*, Paris, Les Editions de Minuit (col. Le Sens Commun).
- Branco, Rui, e Cristina Gonçalves (2001), "Exclusão social e pobreza(s) em Portugal: uma primeira abordagem aos dados do Painel dos Agregados Familiares da União Europeia (1994-1997)", Conferência Internacional "O Modelo Latino de Protecção Social", Lisboa, ISEG, setembro de 2001, consultado em: <http://www.ine.pt>
- Catroga, Fernando (2006), *Entre Deuses e Césares: Secularização, Laicidade e Religião Civil*, Coimbra, Edições Almedina.
- Diogo, Fernando (2007), *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Diogo, Fernando (2012), "Desigualdades sociais e pobreza", em Gilberta Pavão Nunes Rocha, Ana Cristina Palos, Fernando Diogo, e Licínio Tomás, *Dinâmica Demográfica, Educação, Emprego e Desigualdades Sociais nos Açores, 2014 a 2020: Relatório Preliminar Intermédio*, julho de 2012, relatório para a Direção Regional do Emprego, pp. 134-164.
- Fernandes, António Teixeira (2003), "Valores e atitudes religiosas", em Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos, *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Ferrão, João (1991), "Terciariação e território: emergência de novas configurações espaciais?", *Análise Social*, XXVI (114), pp. 829-845.
- Fidalgo, Manuel (1995), *Açores: Ensaios de Sociologia*, Ponta Delgada, Instituto Açoriano de Cultura.
- Freyssinet, Jacques (1998), *Le Chômage*, Paris, Editions La Découverte.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (1946), VIII Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940, Lisboa, INE.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (1962), X Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1960, Lisboa, INE.

- INE - Instituto Nacional de Estatística (1984), XII Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 16 de Março de 1981, Lisboa, INE.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (1991), XIII Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes, Lisboa, INE.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2002), XIV Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Março de 2001, Lisboa, INE.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2011), Censos 2011, [<http://censos.ine.pt>].
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2015), "O risco de pobreza continuou a aumentar em 2013", 30 de janeiro, consultado em 21 de abril de 2015 em: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=223346238&DESTAQUESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=223346238&DESTAQUESmodo=2)
- Lalanda-Gonçalves, Rolando (2000), "Insularidade e emprego: Por uma sociologia do espaço de oportunidade", em *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra, Universidade de Coimbra, disponível em: [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462dd4d46b6d3\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dd4d46b6d3_1.PDF) (última consulta em maio de 2016).
- Machado, Fernando Luís, e António Firmino da Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.
- Medeiros, Octávio H. Ribeiro de (2008), *Entre o Culto e o Sentido: Fé Professada, Celebrada e Vivida em Meio Urbano*, Ponta Delgada, Instituto de Cultura Católica.
- Moniz, Ana I. (1995), *Indústrias Açorianas*, Ponta Delgada, Editora Jornal de Cultura (edição bilingue da Direção Regional do Comércio, Indústria e Energia e Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia).
- Moreira, Carlos Diogo (1987), *As Populações Marítimas em Portugal*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (UTL).
- Pordata (2015), "Beneficiários do rendimento mínimo garantido e rendimento social de inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos", consultado em: <http://www.pordata.pt/>
- Rebelo, Glória Carvalho (2012), *Trabalho e Emprego - Atualidade e Prospetiva*, Lisboa, Edições Síliba.
- Rocha, Gilberta Pavão Nunes (2008), "Crescimento da população e os novos destinos da emigração", em A. T. Matos, A. de F. de Meneses e J. G. R. Leite (dirs.), *História dos Açores*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 265-305.
- Rocha, Gilberta Pavão Nunes (2012), "Os Arquipélagos dos Açores e da Madeira: Uma perspectiva demográfica da actualidade", em Artur Teodoro de Matos (org.), *Diafanias do Mundo - Homenagem a Mário F. Lages*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 237-254.
- Rocha, Gilberta Pavão Nunes (2013), "Movimentos migratórios internacionais nos Açores - uma perspetiva demográfica", em Maria Lucinda Fonseca, Pedro Góis, José Carlos Marques e João Peixoto (orgs.), *Migrações na Europa e em Portugal - Ensaios de Homenagem a Maria Ioannis Baganha*, Coimbra, Edições Almedina / Centro de Estudos Sociais, pp. 205-226.

- Rocha, Gilberta Pavão Nunes (2014), "Dinâmica demográfica y educativa de las regiones ultraperiféricas portuguesas, 2001-2011", em Maria Asunción Cabrera e Dirk Godeneau (dirs.), *Movilidad y Gran Vecindad en las Regiones Ultraperiféricas de la Unión Europea*, Tenerife, Cabildo Insular de Tenerife, pp. 87-112.
- Rodrigues, Carlos Farinha (2009), "Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza na região dos Açores e avaliação do impacto da política social: o caso do RSI", em Isabel Guerra, Carlos Farinha Rodrigues, Fernando Diogo, Paulo Madruga e Maria José Lobo Antunes, *Vulnerabilidades e Potencialidades da Coesão Social nos Açores: Análise de 10 Anos de Percursos de Inclusão Social (RMGIRSI)*, Lisboa, CET-ISCTE (policopiado).
- Tomás, Licínio M. Vicente (2003), "Destinos cruzados de Hera e Gaia: Um olhar geracional sobre o trabalho das mulheres", em Rosa Simas, *A Mulher e o Trabalho nos Açores e nas Comunidades*, Ponta Delgada, UMAR-Açores (edição bilingue), pp. 1069-1100.
- Tomás, Licínio M. Vicente (2012), *Conjugação dos Tempos de Vida: Idade, Emprego e Trabalho*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Touraine, Alain (1974), *Pour la Sociologie*, Paris, Editions du Seuil.
- UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta (2006), *Inclusão, Percursos para a Igualdade - IPI, Uma Experiência de Valorização em Rabo de Peixe e São Mateus, Mulheres, Seu papel e Saberes nas Comunidades Piscatórias nos Açores*, Ponta Delgada, UMAR-Açores.
- Weber, Max (1983 [19051], *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença.